

ATA DA CENTÉSIMA SEXAGÉSIMA SEGUNDA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE 21.11.2016

Aos vinte e um dias do mês de novembro de dois mil e dezesseis, às dezoito horas e trinta minutos, no Plenarinho da Câmara de Vereadores, Rua Hermann August Lepper, 1.100 - Saguacu, realizou-se a centésima sexagésima segunda Assembleia Geral Extraordinária do Conselho Municipal de Saúde. Conselheira Cleia Aparecida Clemente Giosole, Presidente do Conselho Municipal de Saúde (CMS), procedeu à abertura dos trabalhos, cumprimentando todos os presentes. Em seguida, passou a leitura da Pauta do dia: **1- EXPEDIENTES: 1.1** Apresentação e aprovação da pauta do dia – 5'; **1.2** Comunicados e Informes – 10'; **2 - ORDEM DO DIA: 2.1** Debate referente ao momento atual da situação da Saúde/SUS, frente à PEC 55/2016-241/2016. **A Pauta foi aprovada pela maioria dos conselheiros presentes.** A Presidente informou a todos que a 23ª Regional de Saúde enviou ofício alterando seus representantes no CMS, ficando como representante titular Henrique Ludwigo Deckmann e como suplente Mayella Soares. Explicou aos presentes que o Conselho Nacional de Saúde (CNS) solicitou aos Conselhos Municipais de Saúde que se reunissem a fim de discutir a PEC 55/2016, além de esclarecer à população as consequências derivadas de sua possível aprovação. Para explanação do tema, chamou para composição da Mesa o conselheiro Douglas Calheiros Machado, Gerente da Unidade da Atenção Básica (GUAB) da Secretaria Municipal de Saúde (SMS), e a doutora Cynthia Maria Pinto da Luz. A primeira a fazer uso da palavra foi a Dra Cynthia, que atua no Centro de Direitos Humanos (CDH), que cumprimentou a todos, e se disse honrada com o convite de falar a um público privilegiado, que conhece e defende o SUS. Classificou como grave o avanço em prol da aprovação da PEC 55/2016, antiga 241/2016, que congela por cerca de vinte anos os gastos primários do Governo Federal. Disse que a chamada “PEC da morte” já foi aprovada na Câmara dos Deputados e tramita agora no Senado, e é a proposta mais cruel já oferecida pelo governo desde a Constituição de mil novecentos e oitenta e oito (1.988), porém, é vendida pelo governo como a solução para todos os problemas econômicos do país, mas declarou-se convencida do contrário, de que os impactos serão desastrosos. Mostrou um vídeo produzido pela Federação dos Professores de Institutos Federais de Ensino Superior e pelo Sindicato dos Docentes de Instituições Federais em São Paulo, com duração de cinco minutos, relativo a tema e informou que estaria disponível a quem quisesse copiar o arquivo. Após o vídeo, expressou que o povo brasileiro é enganado todos os dias com uma inverdade, a de que o país não tem dinheiro, quando na realidade vivemos em um lugar extremamente rico e com um povo trabalhador. Considerou que é preciso saber da realidade da dívida pública para se entender o que acontece de fato. Disse que o conteúdo da PEC é muito simples, mas também muito inteligente, pois tira da maioria do povo brasileiro para manter zero ponto três por cento (0,3%) da burguesia que vive às custas do mercado financeiro e da corrupção, pois a PEC não congela a dívida pública, nem gastos nominais, mas congela o que afeta a vida da população em geral. Alertou para o fato de que não foi feito um Projeto de Lei, e sim uma Emenda Constitucional, pois seriam violadas cláusulas pétreas, ou seja, cláusulas invioláveis da Constituição. Pontuou que há estudos que mostram que os gastos do governo federal representam nove por cento (9%) do Produto Interno Bruto (PIB) e com a PEC esse valor irá para o total de doze por cento (12%) no ano de dois mil e trinta e seis (2.036), sendo que nesse orçamento de apenas doze por cento deverá caber os anteriores doze por cento gastos com saúde, mais educação e todas as outras demandas de investimento, segurança, cultura, esporte e assim por diante. Disse que um dos argumentos utilizados pelo governo é de que saúde

50 e educação são responsabilidade dos Estados e municípios, porém, já é difícil a situação
enfrentada pelos estados, como exemplo Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e mesmo
Santa Catarina, onde vemos o sucateamento da educação e da saúde, desvalorização do
servidor público, acrescentando-se o fato da renegociação das dívidas dos Estados, que
limitou um teto de gastos para os próximos dois anos. Como segundo argumento por
55 parte do governo, falou da previdência. Considerou que esse argumento é mentiroso, “se
a gente deixasse o dinheiro da previdência onde ele tem que ficar, que é na seguridade
social, tudo resolvido” declarou. Argumentou que essa desculpa não se sustenta. Falou
ainda que a redução de gastos leva a desaceleração da economia, que leva a redução da
arrecadação, o que piora as contas públicas, e reinicia o processo de corte de gastos.
60 Citou pontos retirados de uma nota técnica relacionados a PEC: -desvinculação das
despesas com ações e serviços públicos de saúde da receita corrente líquida; -perda de
recursos em relação às regras da vinculação das emendas constitucionais; -redução do
gasto público *per capita* com saúde; -a desobrigação dos governos de gastarem mais
recursos com saúde, mesmo que haja um pequeno crescimento econômico; -iniquidade
65 no acesso aos bens e serviços de saúde; -impossibilidade de efetivar o direito à saúde.
Destacou que na consulta pública no site do Senado a PEC teve trezentos e cinquenta mil
votos (350.000) contrários, e a própria consultoria legislativa do Senado a classificou
como inconstitucional, mas a despeito de tudo isso, a tramitação avança e a votação deve
acontecer na próxima semana. Citou que o Conselho Nacional de Saúde (CNS) tem se
70 movimentado para que haja uma discussão referente ao tema, e citou também uma nota
da Associação dos Juízes Federais do Brasil (JUFE), onde diz que a PEC: -compromete
os direitos sociais; -não controla os gastos; -privilegia os banqueiros; -afronta as diretrizes
fundamentais; -é injusta e seletiva; -elege para pagar a conta do descontrole dos gastos,
os trabalhadores e os pobres, ou seja, aqueles que precisam do Estado e das suas
75 garantias constitucionais; -beneficia os detentores do capital financeiro; -não estabelece
teto para pagamento de juros da dívida pública; -não taxa fortunas; -não audita a dívida
pública. Elogiou os estudantes que ocupam escolas, dizendo que há esperança oriunda
da juventude. Chamou todos à responsabilidade, para sair da sua zona de conforto e
aderir à luta. Em seguida, a palavra foi passada ao conselheiro Douglas, que após
80 cumprimentar a todos, expressou que ao receber o convite para o debate, inicialmente
entendeu que o objetivo seria de fazer uma mediação, “mas infelizmente eu preciso dizer,
que essa PEC é indefensável, não tem como defender essa situação”, declarou.
Parabenizou ao Conselho pela iniciativa, dizendo que se vive um momento histórico e
perigoso, pois o país vive uma crise econômica e ética, e a princípio, qualquer iniciativa
85 em se cortar gastos, pode soar como boa, porém, a consequência na vida das pessoas,
no período de vinte anos, será dramática. Disse que a Constituição de mil novecentos e
oitenta e oito (1.988) já estabelecia que se fizessem auditorias nas contas públicas, mas
ao longo deste período, devido a forças políticas, independente de quem esteve no poder,
isso nunca foi cumprido. Fez uma apresentação conforme anexo I desta ata. Após a
90 explanação concluiu dizendo que não há pontos positivos na PEC, e que nos anos à
frente, haverá uma dificuldade muito grande para se fazer saúde. A Presidente agradeceu
pelas apresentações, e considerou que os conselheiros deveriam levar essa discussão
para suas entidades, a fim de se multiplicar o movimento. Dando sequência à reunião,
abriu para discussão. Conselheira Antonia Maria Grigol iniciou considerando que
95 defensores do Sistema Único de Saúde (SUS) não deveriam usar a expressão “gasto”
com saúde, mas que o termo correto seria “investimento”. Pontuou também que com a
aprovação da PEC, o Estado de Santa Catarina será profundamente atingido, não só
quanto à saúde, mas também em outros setores, como por exemplo, o da agricultura

familiar que sofrerá o corte de subsídios. Lembrou também que não poderá haver progressão na carreira dos trabalhadores do setor público, e perguntou se para não cometer crime de responsabilidade social, os chefes do executivo poderão exonerar os servidores. Conselheiro Orlando Jacob Schneider elogiou a explanação do conselheiro Douglas e da Dra Cynthia, e expressou surpresa ao fato de não ter havido um debate, *“posso ver o seguinte, que maravilha, a gente pode ver que é raro encontrar alguém que é favorável a PEC”*, declarou. Com relação ao aumento dos gastos com saúde, lembrou ainda o fato de que muitos que possuíam planos de saúde estão migrando para o SUS, o que torna a situação ainda mais crítica. Comparou a situação da população que discute o perigo da “PEC do fim do mundo”, com a de senadores, que legislam em causa própria, e que após apenas seis meses de mandato já tem direito a uma aposentadoria no valor de trinta e oito mil Reais (R\$ 38.000,00), além de plano de saúde integral e sem limites de uso, não só para dentro do país, mas também para uso internacional. Falou dos aposentados que não terão mais reajuste nenhum, nem reajuste no valor do salário mínimo, enquanto o custo de vida aumenta vertiginosamente. Conselheiro Gentil Coradelli se manifestou contrário a tudo que foi discutido, afirmando que a situação é gravíssima e se não houver a PEC, não haverá recursos para pagamentos de salários dos funcionários públicos, *“não acho que é uma PEC cruel, nem PEC do fim do mundo, acho que é uma PEC que vai salvar o Brasil, e ela vai passar, não tem outro jeito, não temos outra saída”*, expressou. Apelou aos presentes para que refletissem na situação, dizendo que o socialismo precisa de capital para geração de empregos, para gerar renda e assim por diante. Senhor Osmar Lopes pontuou que a PEC tira o direito do trabalhador para manter o direito dos políticos, e demonstrou indignação com a Audiência Pública realizada com a presença de apenas três Senadores, sendo que nem mesmo o relator estava presente. Doutora Cynthia dirigiu-se a conselheira Antonia, e disse que a questão da progressão do servidor público, que é um direito adquirido, é apenas um dos problemas e contradições que serão levantados pela PEC, e disse que em sua apresentação não chegou a demonstrar a série de artigos e incisos da Constituição Federal que serão feridos pela PEC. Opinou que se não houver a força política necessária para impedir a aprovação, haverá briga nos tribunais e muitos no poder judiciário tem seu posicionamento contrário à PEC. Citando as “pegadinhas da PEC” apresentadas pelo conselheiro Douglas, acrescentou que existe uma cláusula que possibilita a suspensão do reajuste do salário mínimo caso o governo descumpra o teto. Expressou opinião de que a saúde hoje gera lucro para grandes cartéis, de quem a população em geral é refém. Conselheiro Gilberto Capistrano considerou que esperava que a discussão fosse para se estudar a PEC, e entender o que ela quer dizer, para que então cada um formasse sua própria opinião a respeito. Disse que gostaria de entender o significado do artigo 105: *“Na vigência do Novo Regime Fiscal, as aplicações mínimas em ações e serviços públicos de saúde e em manutenção e desenvolvimento do ensino equivalerão: I - no exercício de 2017, às aplicações mínimas calculadas nos termos do inciso I do § 2º do art. 198 e do caput do art. 212, da Constituição Federal; e II - nos exercícios posteriores, aos valores calculados para as aplicações mínimas do exercício imediatamente anterior, corrigidos na forma estabelecida pelo inciso II do § 1º do art. 102 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.”* Conselheiro Henrique Ludwig Deckmann opinou que o ponto em questão não é socialismo ou capitalismo, mas o que está em voga é a corrupção e o roubo. Falou das notícias veiculadas sobre corrupção, e que apenas em um caso foi descoberto o valor de duzentos e trinta e cinco milhões de Reais (R\$ 235.000.000,00), mas quando um hospital público precisa de um milhão de Reais (R\$ 1.000.000,00), não se tem esse valor, e citou o caso noticiado de um hospital no Rio de

Janeiro que estava sendo fechado com tapumes, por não haver condições de se prestar atendimento. Declarou-se convencido de que políticos que não usam o sistema público, não estão aptos a ser gestores públicos, pois só quem usa o sistema vai defendê-lo. Pontuou que a PEC tem o aspecto positivo do controle dos gastos, mas que foram envolvidos outros aspectos alheios ao objeto, como por exemplo, educação e saúde. Disse que se deve separar o que é gasto a mais do que é necessidade. Conselheiro Antonio Coelho falou da contradição de informações referente a Previdência, pois alguns afirmam que tem dinheiro, enquanto outros garantem que não tem dinheiro. Também perguntou *“nós vamos chegar ao salário mínimo de cem dólares novamente?”* Pontuou que toda essa situação aponta para a possibilidade de nos anos à frente haver o “SUS social”. Dra Cynthia considerou que tem dinheiro, mas o poder público não investe esse dinheiro onde deveria, e quem determina as prioridades é o gestor. Defendeu que deve haver o controle de gastos, desde que esse controle não seja vinculado ao orçamento destinado para políticas públicas, que é o exato caso da PEC 55. Conselheira Liliana Piscki Maes defendeu que tem como fazer o controle dos gastos sem tirar da área social. Disse que se fosse tirado dinheiro do legislativo e do judiciário, do alto escalão do executivo, e dos banqueiros, haveria dinheiro suficiente para superar essa crise. Citou ainda outras alternativas como por exemplo grandes empresas que ganham isenção fiscal, ou o não pagamento dos juros da dívida. Pontuou que outros países já utilizaram de alguns ajustes como esse, mas nunca se ultrapassou o período de dez anos. Senhor Reinaldo disse *“não tem como aceitar essa PEC, porque eles não cortam na carne. Primeiro eles tinham que abaixar o salário deles”*. Conselheiro Sérgio Duprat falou da falta de participação das pessoas e de discutir as políticas e leis do país. Conselheira Lisandra Carpes da Silveira defendeu os movimentos de pessoas que vão para as ruas para lutar contra a PEC, dizendo que foram pessoas como elas que conquistaram muitos dos direitos que temos até hoje, e pontuou que talvez seria o momento de pensar em se juntar a essas pessoas, pois a maioria delas já está estudando e discutindo essa PEC há muito tempo. Conselheiro Douglas considerou que os efeitos da PEC não serão sentidos de imediato, mas aos poucos. Também falou que a PEC está cobrando das pessoas erradas, *“cadê a tributação sobre grande fortunas?”* expressou. Explicou ao conselheiro Gilberto, referente seu questionamento do artigo 105, que esse artigo estabelece o que já diz a constituição, referentes às porcentagens previstas de recurso para educação e saúde. Desculpou-se com o conselheiro pelo fato de não se fazer um estudo de cada um dos artigos da PEC, mas pontuou que mais importante é entender o que está estabelecido nas entrelinhas, o que está por trás do que está sendo divulgado. Dra Cynthia endossou as palavras do conselheiro Douglas, e disse que atualmente já estamos vivendo com restrições, pois não conseguimos mais fazer o que fazíamos há cinco anos atrás. Disse que a PEC é uma estratégia totalmente calculada, e precisamos estar alertas. Agradeceu e colocou-se à disposição de todos. A Presidente orientou aos conselheiros a irem para suas casas, lerem o conteúdo da PEC, para então na assembleia do CMS a se realizar no dia vinte e oito, acontecer a votação da Moção de Repúdio do CMS Joinville à PEC. Nada mais havendo a tratar, a Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Joinville, conselheira Cleia Aparecida Clemente Giosole, deu por encerrada a centésima sexagésima segunda Assembleia Geral Extraordinária do Conselho Municipal de Saúde, às vinte horas e vinte e cinco minutos, da qual eu, Giseli Tamar Voltolini Teixeira, lavrei a presente ata que vai por todos assinada. Estiveram presentes os conselheiros: **Mário José Bruckheimer, Douglas Calheiros Machado, Alice Regina Strehl Torres, Iara Lúcia Pereira, Evandro Rodrigues Godoy, Roni Regina Miqueluzzi, Marcell Albeirice Helfenstein, Sirlei Margarida Mascarin, Heloísa Walter de Oliveira, Luciano Henrique**

200 **Pinto, Marlene Serafim, Elisa Ana Garcia, Alexandra Marlene Hansen, Antonia Maria**
Grigol, Rodrigo Sandri Avila, Ricardo Rzatki Nunes, Zelma Reichert Maria, Liliana
Piscki Maes, Lisandra Carpes da Silveira, Cleia Aparecida Clemente Giosole, Edna
Maria Ferreira, Antonio Coelho, Juarez Ladislau da Silva, Silmara Richter, Romildo
Marcos Letzner, Gentil Coradelli, Sérgio Duprat, Orlando Jacob Schneider,
Francisca do Nascimento Schardeng, Gilberto Capistrano, Susana Staats, Adelina
Dognini, Alaíde Correa André, Eraldo José Hostin Junior, seis representantes de
205 Conselhos Locais de Saúde, representantes do IFSC, da ADIJO, do Centro de Direitos
Humanos (CDH), do SINSEJ, do COMAM, e dos Conselhos do Idoso e dos Direitos da
Mulher.